

ORGS.

Lucélia de Sena
ALVES

Carlos Henrique
SOARES

Gustavo de Castro
FARIA

Fernanda Gomes e
SOUZA BORGES

4 anos
de vigência
do CÓDIGO
DE PROCESSO
de 2015

4 anos de vigência do
Código de Processo de 2015

4 anos de vigência do Código de Processo de 2015

[orgs.]

Lucélia de Sena Alves

Fernanda Gomes e Souza Borges

Gustavo de Castro Faria

Carlos Henrique Soares





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, os Autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathalia Torres

Diagramação Enzo Zaqueu Prates

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

1. **As audiências de instrução e julgamento por videoconferência e o devido processo constitucional: uma análise empírica**.....11
Fernanda Gomes e Souza Borges
Lucélia de Sena Alves
2. **A evolução do contraditório na jurisprudência e no direito processual civil brasileiro**.....27
Carlos Henrique Soares
3. **Sandbox e Microsistema de Gestão Processual no CPC de 2015**.....51
Cristiane Rodrigues Iwakura
Juliano Oliveira Brandis
4. **Depoimento pessoal: reflexões sobre a possibilidade de a parte requerer sua própria oitiva em audiência**.....73
Benigna Teixeira
Fernanda Zambrotta
5. **Gratuidade da justiça às pessoas naturais**.....87
Cecília Rodrigues Frutuoso Hildebrand
Danielle Zoega Rosim
6. **A primazia do julgamento do mérito e o direito de acesso à uma ordem jurídica efetiva**.....115
Camila Soares Gonçalves
Luísa Alvim Monteiro de Paula

7. **Os quatro anos de vigor do código de processo civil: A ampliação do fenômeno da integração do CPC/15 com outros diplomas processuais**.....131
Camila Soares Gonçalves
Danilo Álvaro de Almeida Costa
8. **Porque tratar do PL nº 6.204/2019 em uma coletânea sobre 5 anos da vigência do CPC?Análise do Projeto de Lei em trâmite no Senado Federal**.....153
Flávia Pereira Ribeiro
9. **A desjudicialização e o necessário incremento da cooperação entre as esferas judicial e extrajudicial**.....173
Flávia Pereira Hill
10. **O Código de Processo Civil de 2015 e o sistema de padrões decisórios vinculantes: uma leitura constitucionalizada**.....205
Flávio Quinaud Pedron
Lucas Borges Santos
11. **A constitucionalização do processo: um avanço teórico-discursivo para o (efetivo) rompimento com a socialização processual**.....221
Guilherme Lage
Francisco Dourado
Flávio Quinaud Pedron
12. **O processo de execução: da análise econômica do direito ao debate acerca da desjudicialização**.....259
Helena Patrícia Freitas
13. **A efetivação do contraditório no julgamento prima facie sob a perspectiva processual democrática**.....277
Vitor Salino de Moura Eça
Ianna Menezes Cabanelas

14. A Efetividade da Constelação Familiar como Método Consensual de Resolução de Conflitos Judiciais na Esfera do Direito das Famílias.....	301
<i>Gabriela Fortunato Rodrigues Lima</i>	
<i>Raquel Santana Rabelo Ornelas</i>	
15. Negócio jurídico processual tributário a respeito de garantias na execução fiscal.....	325
<i>Rita Dias Nolasco</i>	
<i>Bruna Chan</i>	
16. Os perigos da nova jurisprudência defensiva do superior tribunal de justiça.....	341
<i>Júlia Gomide Antunes Rabelo</i>	
<i>Luís Gustavo Reis Mundim</i>	
<i>Pedro Henrique Lacerda Paoliello</i>	
17. Análise crítica do artigo 4 do CPC: da necessária integração entre duração razoável do processo, primazia do julgamento de mérito e efetividade.....	369
<i>Natália Chernicharo Guimarães</i>	
18. Considerações gerais acerca do prequestionamento e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o “prequestionamento ficto” no CPC/2015.....	389
<i>Thomas Ubirajara Caldas de Arruda</i>	
19. A primazia da resolução de mérito e as técnicas de aceleração decisional no CPC.....	427
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
20. O sentimento constitucional do contraditório e da ampla defesa e a possibilidade de embargar à execução fiscal sem garantia do juízo.....	445
<i>Anna Priscylla Lima Prado</i>	
<i>Camila Vitória de Alencar Carvalho</i>	

21. Os precedentes no código de processo civil/2015: reflexões acerca da compreensão do modelo de vinculação às decisões judiciais.....469
Aline Hadad Ladeira
Poliana Dias
22. Saneamento procedimental processualizado.....493
Amanda Karolina Silva Pereira
Francisco Rabelo Dourado de Andrade
23. O novo código de processo civil e o processo do trabalho: uma análise do caráter subsidiário e suplementar do CPC/2015.....511
Maria Francisca Bastos
Jéssica Lahís S. Bastos de Menezes
Kartiele da Silva Lira
24. Cláusula geral dos negócios jurídicos processuais e os limites para sua homologação pelo juízo.....525
Marco Antônio Delmondes Kumaira
Lara Souza Mendonça
25. Sentença arbitral e a (des)necessidade de sua homologação, pelo STJ.....547
Marcelo Miranda Caetano
26. Interconexões entre o sistema multiportas, participação e processo cooperativo.....559
Maíra de Carvalho Pereira Mesquita
27. Crítica a proposta interpretativa de mitigação das hipóteses taxativas do agravo de instrumento.....581
Clenderson Rodrigues da Cruz
Paulo Márcio de Medeiros Simas
28. Embargos de Declaração Atípicos:um triplo mortal carpado na hipótese de admissibilidade para reajustar jurisprudência superveniente.....613
Júlio César Rossi

29. <i>Contra o juiz chicó:O §1º do Art. 489 do CPC/2015 e o critério de demarcação popperiano na fundamentação das decisões judiciais</i>	627
<i>João Carlos Salles de Carvalho</i>	
30. <i>Boa-fé objetiva, norma fundamental e cooperação: imperativo ético na conduta dos agentes processuais</i>	647
<i>Andersson Belém Alexandre Ferreira</i> <i>Inaldo Siqueira Bringel</i>	
31. <i>For (correct) prosecution of acts of administrative misconduct:between the abuse and the new procedural paradigms</i>	671
<i>Bruno Albergaria</i>	
32. <i>Análise da eficácia das oficinas de parentalidade: minimização de danos causados pelo divórcio</i>	697
<i>Láís Barreto Barbosa</i> <i>Thamille Lima Nunes</i> <i>Silma Maria Augusto Fayenuwo</i>	
33. <i>O agravo de instrumento e suas hipóteses de cabimento</i>	715
<i>Guilherme Sarri Carreira</i>	
34. <i>Frustração intencional da audiência preliminar de conciliação no procedimento comum: violação ao princípio da cooperação e possibilidade de sanção pecuniária</i>	751
<i>Raisa da Silva Carmo</i>	
35. <i>A desconsideração da personalidade jurídica no novo código de processo civil, com os reflexos trazidos pela lei da liberdade econômica</i>	771
<i>João Pedro Biazi</i> <i>Vitor Dias Conceição</i>	
Autores	785

A presente obra reúne importantes trabalhos que problematizam e consolidam as grandes discussões em torno do Código de Processo Civil de 2015, fornecendo ao leitor uma importante fonte de consulta e de pesquisa, com múltiplos enfoques. O advento do CPC de 2015 inaugurou uma nova página na história processual civil no Brasil e após 4 anos de vigência da lei, esta obra coletiva se apresenta com o propósito de prestar homenagem a esse importante marco.

Diversos eixos temáticos foram contemplados tais como as audiências por videoconferência, a validação da teoria dos precedentes, a ampliação do cabimento do agravo de instrumento, a interface com o direito do trabalho na produção de provas entre outros.

Esperamos que esta obra sirva como um contributo para o estudo processual e fomenta o aprofundamento da pesquisa na área.